



MUNICÍPIO DE
VISEU

CONTRATO

Contrato nº: 63 .SOMV/2019

CONTRATO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA “Medidas de Eficiência Energética nas Piscinas Municipais”

PARTES

PRIMEIRO OUTORGANTE:

Endereço / sede: **Município de Viseu**, Praça da República, 3514 – 501 Viseu

Representado por: Vice - Presidente

Habilitação: Competência delegada nos termos da alínea f) do nº 2 do Art. 35º. da Lei nº 75/2013 , de 12 de Setembro.

Identificação: Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo

Cartão de Pessoa Coletiva nº: 506 697 320

SEGUNDO OUTORGANTE:

Identificação: **DST SOLAR, S.A.**

Representado por: Avelino Gonçalves Teixeira

Endereço / sede: Rua Pitancinhos – Palmeira – 4711 – 911 Braga

Habilitação: Administrador

Cartão de Pessoa Coletiva nº: 509014763

Número de Identificação Civil: 05807080 0zy2, Valido até 148-01-2021.

CLAUSULAS

Primeira: Objeto

O presente contrato tem por objecto principal a execução da empreitada:

“Medidas de Eficiência Energética nas Piscinas Municipais”



Segunda: Preço contratual

1. Pela execução da empreitada o primeiro outorgante obriga-se a pagar à segunda outorgante a quantia de **390.000,00€** (trezentos e noventa mil euros).
2. Aos valores mencionados no número anterior, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
3. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efectuado por medição com observância no disposto no art. 387º do CCP, na sua atual redação, se outras condições não forem estabelecidas no caderno de encargos, conforme o previsto nas cláusulas 27ª e 34º do Caderno de Encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.
4. O Segundo Outorgante obriga-se a emitir a factura, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos
 - a. contrato;
 - b. Auto de medição;
5. A factura a que se refere o número anterior deve ser remetida para a morada do primeiro outorgante.

Terceira: Prazo de execução

1. O segundo outorgante obriga-se a desenvolver e concluir a execução da empreitada no prazo de 182 dias.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da empreitada em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Quarta: Ajustamentos aceites pelo adjudicatário
--

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos.



Quinta: Prestação de caução e regime de liberação

1. Foi apresentado o comprovativo de constituição de caução, através da garantia bancária nº GAR 19301788, emitida por banco BPI, S.A. aos dezoito dias do mês de outubro de 2019, no valor de 19.500,00€ (dezanove mil e quinhentos cêntimos), correspondente a 5% do valor dos trabalhos, devidamente registada e entregue à guarda da tesouraria.
2. Para reforço da caução serão feitas retenções de 5% nos pagamentos a efetuar.

Sexta: Previsão orçamental e repartição de encargos

1. A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação da seguinte classificação orçamental da despesa: 07010301 – 2017/20.
De acordo com o artº.5º nº.3 da Lei nº.8/2012, de 21/02, o compromisso efetuado tem o número sequencial 48480.

No presente contrato há repartição plurianual de encargos.

Sétima: Resolução de litígios – foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato referente quer à sua interpretação, ou execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Oitava: Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma.
2. Qualquer outra alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Nona: Gestor do contrato

1. Nos termos do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 09 de maio de 2019 foi designado gestor do contrato o Sr. ^o Eng.^o Daniel Coelho com as funções de acompanhamento da execução do presente contrato, bem como a avaliação do desempenho do cocontratante execução financeira, técnica e material do contrato.
2. O Gestor do Contrato deve elaborar relatório(s) fundamentado(s) nos termos do n.3 do artº 290º A do CCP, a apresentar com a frequência constante da deliberação.

Décima: Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Décima primeira: Documentos integrantes do contrato

Nos termos do nº 2 do artigo 96º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a. O Anuncio;
- b. O caderno de encargos;
- c. Esclarecimentos;
- d. A proposta adjudicada;

Décima segunda: Atos habilitantes

1. O ato de adjudicação foi aprovado por despacho da Sr.^a Vice-Presidente em 21 de agosto de 2019.
2. A minuta do contrato foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 04 de outubro de 2019.



MUNICÍPIO DE
VISEU

Décima terceira: Omissões

Em tudo quanto for omissão no presente contrato observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo DL18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual e demais legislação aplicável e em vigor.

PRIMEIRO OUTORGANTE

Documento assinado eletronicamente

SEGUNDO OUTORGANTE

Documento assinado eletronicamente

Redigido por :
Maria da Luz
EDOC/2018/74830